

Sumário

Agradecimentos.....	7
Prefácio.....	11
Nota Introdutória do Autor.....	13

PARTE 1 NOÇÕES FUNDAMENTAIS

1. O conceito de recurso	25
1.1. O recurso e o ordenamento jurídico positivo	26
1.2. As acepções do termo <i>recurso</i> e a cognição exercida	28
1.3. O recurso como meio de impugnação das decisões judiciais.....	35
1.4. Os elementos distintivos entre os recursos, as ações de impugnação e os sucedâneos recursais	38
1.4.1. Os recursos e as ações de impugnação	39
1.4.2. Os recursos, os demais sucedâneos recursais e figuras afins...	47
1.4.2.1. Os recursos e a correição parcial	47
1.4.2.2. Os recursos e o pedido de reconsideração.....	48
1.4.2.3. Os recursos e a remessa necessária.....	51
1.4.2.4. Os recursos e a suspensão de segurança (ou de liminar).....	54
1.5. Os recursos e a extensão da relação jurídica processual.....	56
1.6. Visão doutrinária do conceito de recurso.....	58
1.7. Conceito de recurso adotado nesta obra	63
2. Natureza jurídica dos recursos.....	67
2.1. O recurso como prolongamento ou desdobramento do direito de ação	68

2.2.	A relação entre os recursos e a reanálise das diversas questões que surgem em razão do exercício do direito de ação	72
2.3.	O espaço para recorrer como direito, como ônus e como poder	85
3.	O princípio dispositivo e os recursos	91
3.1.	Os modelos dispositivo, inquisitorial e cooperativo	93
3.1.1.	Os principais espaços deixados para o exercício da vontade no direito processual civil	99
3.2.	Os contornos do acionar da jurisdição e o espaço para o exercício da vontade das partes.....	103
3.3.	Elementos a respeito dos quais não há espaço para a atuação da vontade das partes.....	111
3.3.1.	A proteção jurídica do espaço para o agir das partes e a disponibilidade do direito.....	114
3.4.	A voluntariedade nos recursos: análise doutrinária	115
4.	A autonomia privada e os recursos.....	123
4.1.	O conceito de autonomia privada, a relevância do ordenamento jurídico e do momento histórico	124
4.2.	Autonomia de vontade, autonomia privada e liberdade jurídica	126
4.3.	Os recursos vislumbrados à luz da teoria do fato jurídico.....	153
4.3.1.	Recurso como negócio jurídico processual unilateral	154

PARTE 2
O EXERCÍCIO DA AUTONOMIA PRIVADA NOS
RECURSOS E O SEU CONTROLE

5.	Os elementos e requisitos dos recursos e o juízo de admissibilidade	167
5.1.	Os requisitos intrínsecos e extrínsecos.....	170
6.	Os elementos de existência jurídica do recurso: a recepção da declaração de vontade	175
6.1.	A vinculação subjetiva do recorrente à declaração de vontade constante da peça recursal: a autenticidade do recurso	179
7.	Os requisitos subjetivos inerentes a todos os atos (<i>lato sensu</i>) postulatórios que levam à inadmissibilidade do recurso.....	185

7.1.	Capacidade de direito na perspectiva processual (a chamada capacidade de ser parte) e a interposição dos recursos	186
7.2.	Capacidade para estar em juízo ou capacidade processual (capacidade de exercício na perspectiva processual)	195
7.3.	O exercício da autonomia privada por meio de representante técnico: a capacidade e a legitimidade postulatória	203
7.3.1.	A representação e a legitimidade postulatória.....	213
7.3.2.	As peculiaridades da representação nos atos postulatórios: o exercício da autonomia privada pelo representante	222
8.	Os requisitos de admissibilidade dos recursos propriamente ditos	225
8.1.	O cabimento: o espaço para o exercício da autonomia privada e o objeto da manifestação.....	225
8.1.1.	A recorribilidade: espaço para o exercício, ou não, da autonomia privada.....	226
8.1.1.1.	O duplo grau de jurisdição como limite mínimo de preservação do espaço para o exercício da autonomia privada	232
8.1.1.2.	A adequação: os possíveis contornos da manifestação de vontade recursal.....	239
8.1.2.1.	A fungibilidade	242
8.1.2.1.1.	A fungibilidade nos CPC/1939, 1973 e 2015...	244
8.1.2.1.2.	Requisitos doutrinários para aplicação da fungibilidade.....	250
8.1.2.1.3.	A fungibilidade e a conservação da manifestação de vontade expressada – Uma outra forma de ver o assunto	254
8.1.2.2.	A fundamentação vinculada, recursos de estrito direito e a adequação do recurso	259
8.2.	Legitimidade recursal: o poder de exercer autonomia privada e seu exercício concreto no plano subjetivo	260
8.3.	Interesse em recorrer	269
8.3.1.	Utilidade	270
8.3.2.	Necessidade	271
8.3.3.	O interesse do terceiro prejudicado.....	273
8.3.4.	O interesse na apelação subordinada do vencedor	273

8.4.	A limitação temporal do exercício da autonomia privada: a tempestividade.....	275
8.4.1.	Tempestividade e os negócios jurídicos processuais.....	283
8.5.	Os fatos impeditivos e extintivos do direito de recorrer	285
8.5.1.	Fatos extintivos do direito de recorrer.....	286
8.5.2.	Fatos impeditivos do direito de recorrer.....	289
8.5.2.1.	A desistência do recurso.....	289
8.5.2.2.	A desistência da ação, o reconhecimento jurídico do pedido e a renúncia ao direito ao qual se funda a ação.....	290
8.6.	Regularidade formal.....	291
8.6.1.	A existência do recurso, a capacidade para estar em juízo, a capacidade postulatória e a legitimidade postulatória como elementos integrantes da regularidade formal.....	294
8.7.	Preparo	295
8.8.	Relevância da questão federal e repercussão geral	300
8.8.1.	Repercussão Geral.....	301
8.8.2.	Relevância da questão federal	303
8.9.	O recurso adesivo como recurso condicional e sua admissibilidade....	304

PARTE 3

PLANO DA EFICÁCIA – OS EFEITOS DOS RECURSOS, O EXERCÍCIO DA AUTONOMIA PRIVADA E A COGNIÇÃO EXERCIDA PELOS ÓRGÃOS JULGADORES

9.	O juízo de mérito do recurso.....	309
9.1.	O juízo de mérito, as suas fases e a cognição exercida: nossa forma de observar o tema.....	310
9.2.	A decisão de não seguimento dos recursos especial e extraordinário com base na existência de “precedente”.....	326
10.	O plano da eficácia das decisões sujeitas à impugnação por recurso – O chamado efeito suspensivo <i>ope legis</i> e a influência da vontade do recorrente	331
10.1.	O surgimento e a manutenção do estado de ineficácia da decisão....	331
10.1.1.	A ineficácia e as decisões interlocutórias impugnadas em apelação e/ou contrarrazões e em agravo de instrumento.....	337

10.2. Os efeitos abrangidos pelo estado de ineficácia	340
10.3. A extensão temporal do estado de ineficácia	345
10.4. A posição do recorrente e dos órgãos jurisdicionais diante do recurso com efeito suspensivo <i>ope legis</i>	347
10.5. A existência de fenômenos distintos dentro da ineficácia da decisão (o chamado efeito suspensivo <i>ope legis</i>) e a relação com a autonomia privada	349
10.6. A eficácia da decisão e os negócios jurídicos processuais	352
 11. A tutela provisória recursal e os efeitos suspensivo e ativo	355
11.1. Os contornos do efeito suspensivo <i>ope iudicis</i>	365
11.2. A atribuição do efeito suspensivo <i>ope iudicis</i> e a necessidade de pedido	368
11.3. A antecipação dos efeitos da tutela – o chamado efeito ativo (ou suspensivo ativo)	376
11.3.1. A retirada do efeito suspensivo <i>ope legis</i> do recurso	376
11.3.1.1. A concessão de tutela provisória na sentença	380
11.3.2. A concessão de efeito ativo (ou suspensivo ativo)	382
 12. Efeitos devolutivo e translativo: o juízo de mérito e a relação entre a cognição e a autonomia privada exercida	385
12.1. O chamado efeito devolutivo	386
12.1.1. A visão doutrinária do efeito devolutivo no direito brasileiro e a relevância ou irrelevância da vontade expressada	391
12.1.2. O efeito devolutivo e o exercício da autonomia privada: a insuficiência da classificação tradicional	400
12.1.3. A relevância da autonomia privada para a definição da extensão do efeito devolutivo – O recurso parcial ou integral em relação aos capítulos da decisão	404
12.1.3.1. A relevância da autonomia privada para a definição da extensão do recurso em relação aos capítulos relativos aos juros, atualização monetária, custas, despesas processuais e honorários advocatícios	415
12.1.3.2. A extensão e a insuficiência deste elemento para delimitar o âmbito de cognição a ser exercido pelo órgão julgador	419

12.1.3.3. O negócio jurídico recursal e o efeito devolutivo – a relevância da autonomia privada também em relação às razões na fase de análise da adequação ao sistema jurídico – Um dos elementos da chamada profundidade do efeito devolutivo	419
12.1.3.3.1. A delimitação do objeto do negócio jurídico recursal – O primeiro elemento da profundidade do efeito devolutivo.....	420
12.1.3.3.2. A possível variação dos vícios evocados no objeto do negócio jurídico processual recursal – Os erros <i>in iudicando</i> e os erros <i>in procedendo</i>	426
12.1.3.3.3. O efeito devolutivo e a profundidade do efeito devolutivo – A análise de questões jurídicas que não foram objeto de impugnação na fase da análise da adequação ao sistema jurídico da decisão.....	430
12.1.3.3.4. O efeito devolutivo e a profundidade do efeito devolutivo na fase de rejulgamento	433
12.2. O chamado efeito translativo nos juízos análise de adequação ao ordenamento jurídico e rejulgamento – princípio inquisitório como exceção à vinculação da atividade jurisdicional aos contornos dados ao recurso pela autonomia privada	436
13. Efeitos devolutivo e translativo nos recursos em espécie	443
13.1. Efeitos devolutivo e translativo no recurso de apelação: amplo espaço concedido pelo ordenamento jurídico para o exercício da autonomia privada	443
13.1.1. O juízo de análise da adequação da decisão ao sistema jurídico no recurso de apelação (a primeira fase do julgamento do mérito)	446
13.1.2. O juízo de rejulgamento na apelação (a segunda fase do mérito)	463
13.2. Efeitos devolutivo e translativo no recurso ordinário	466
13.3. Efeito devolutivo e translativo no recurso de agravo de instrumento ...	468
13.4. Efeitos devolutivo e translativo no agravo interno	473
13.5. Efeitos devolutivo e translativo nos embargos de declaração	475
13.6. Efeito devolutivo e translativo nos recursos especial e extraordinário	478

13.6.1. As peculiaridades dos recursos especial e extraordinário – A existência de um núcleo comum.....	481
13.6.2. O juízo de admissibilidade e a limitação prévia ao exercício da autonomia privada	482
13.6.3. O juízo de análise da adequação da decisão ao sistema jurí- dico no recurso especial (a primeira fase do julgamento do mérito)	489
13.6.4. O juízo de rejulgamento nos recursos especial e extraordinário (juízo de mérito).....	494
13.7. Efeitos devolutivo e translativo nos embargos de divergência.....	505
13.8. Efeitos devolutivo e translativo no agravo em recurso especial ou extraordinário.....	513
14. Efeito regressivo ou de retratação.....	515
15. Efeito substitutivo	519
16. Efeito expansivo.....	523
16.1. Efeito expansivo subjetivo.....	523
16.2. Efeito expansivo objetivo.....	526
Notas conclusivas	529
Bibliografia	543